
VILA NOVA DE SÃO PEDRO E O CALCOLÍTICO NO OCIDENTE PENINSULAR 2

Mariana Diniz · Andrea Martins · César Neves · José M. Arnaud



VILA NOVA DE SÃO PEDRO E O CALCOLÍTICO NO OCIDENTE PENINSULAR 2

Mariana Diniz · Andrea Martins · César Neves · José M. Arnaud

estudos & memórias

Série de publicações da UNIARQ
(Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa)

Direcção: Ana Catarina Sousa
Série fundada por Victor S. Gonçalves (1985)

23.

DINIZ, M.; MARTINS, A.; NEVES, C.; ARNAUD, J. (Eds.) (2024) – *Vila Nova de São Pedro e o Calcolítico no Ocidente Peninsular 2. estudos & memórias 23*. Lisboa: UNIARQ/FL-UL. 296 p.

Capa: Vila Nova de São Pedro. Foto: Projecto VNSP3000

Paginação e artes finais: Paulo Freitas
Impressão: Europress, Indústria Gráfica
500 exemplares

ISBN: 978-989-35113-1-2 / Depósito Legal: 537846/24
DOI: <https://doi.org/10.51427/chi.2024.23>

Copyright textos e imagens ©, 2024, os autores.

O cumprimento do acordo ortográfico de 1990 foi livre opção de cada autor. Os autores são responsáveis pelos seus originais, respeitando a UNIARQ a sua autoria e não sendo responsável por quaisquer elementos que, de alguma forma, possam prejudicar terceiros.

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/00698/2020 (doi.org/10.54499/UIDB/00698/2020) e UIDP/00698/2020 (doi.org/10.54499/UIDP/00698/2020).

Lisboa, 2024.

ÍNDICE

- 7 **VILA NOVA DE SÃO PEDRO – MONUMENTO NACIONAL**
José M. Arnaud, Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 21 **EUGÉNIO JALHAY E O CASTRO DE VILA NOVA DE SÃO PEDRO – *NOS ECOS DA PROVÍNCIA DE PORTUGAL***
António Júlio Limpo Trigueiros, SJ
- 37 **MANUEL AFONSO DO PAÇO, MILITAR E ARQUEÓLOGO**
Mário J. Freire da Silva, Osório Santos
- 47 **VILA NOVA DE SÃO PEDRO (AZAMBUJA, PORTUGAL): NOVOS DADOS SOBRE ESTRUTURAS, MATERIAIS E CRONOLOGIA**
César Neves, Andrea Martins, Mariana Diniz, José M. Arnaud
- 103 **VILA NOVA DE SÃO PEDRO E MARIA DE LOURDES COSTA ARTHUR (1924-2003): UMA HISTÓRIA NO FEMININO**
Ana Cristina Martins
- 123 **O ESPÓLIO METÁLICO DE VILA NOVA DE SÃO PEDRO – INVESTIGAÇÕES ARQUEOMETALÚRGICAS**
António M. Monge Soares
- 135 **O TERRITÓRIO DE VILA NOVA DE SÃO PEDRO NO 3º MILÉNIO A.C: ANÁLISE DE PROVENIÊNCIA DAS MATÉRIAS-PRIMAS LÍTICAS A PARTIR DE NOVOS DADOS (2017-2018)**
Patrícia Jordão, Nuno Pimentel, Andrea Martins, Pedro Cura, Mariana Diniz, César Neves, José M. Arnaud
- 153 **ENTRE DOMÉSTICOS E SELVAGENS: NOVOS DADOS SOBRE A FAUNA DE VILA NOVA DE SÃO PEDRO (AZAMBUJA, PORTUGAL)**
Cleia Detry, Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins, José M. Arnaud
- 171 **INVESTIGATING THE ECONOMIC INTEGRATION OF COASTAL AND INTERIOR SETTLEMENTS IN LATE PREHISTORIC PORTUGAL: NEW ISOTOPIC DATA FROM VILA NOVA DE SÃO PEDRO (AZAMBUJA, PORTUGAL)**
Anna Waterman, Cleia Detry, César Neves, Mariana Diniz, Andrea Martins, José M. Arnaud, David Peate
- 185 **NOVAS IMAGENS DE VILA NOVA DE SÃO PEDRO (AZAMBUJA, PORTUGAL): O CONTRIBUTO DA FOTOGRAMETRIA**
Elena Cabrera-Revuelta, Mariana Diniz, César Neves, José M. Arnaud, Andrea Martins
- 201 **A CERÂMICA CALCOLÍTICA DE VILA NOVA DE SÃO PEDRO – CARACTERIZAÇÃO TEXTURAL, QUÍMICA E MINERALÓGICA**
Rute Correia Chaves, João Pedro Veiga, António M. Monge Soares
- 221 **PRODUTOS SECUNDÁRIOS EM VILA NOVA DE SÃO PEDRO (AZAMBUJA, PORTUGAL): AS “QUEIJEIRAS”**
Lucas Barrozo, Mariana Diniz, Andrea Martins, César Neves, José M. Arnaud
- 239 **SYMBOLART – ABORDAGEM METODOLÓGICA NÃO DESTRUTIVA PARA A CARACTERIZAÇÃO DE ARTEFACTOS SIMBÓLICOS DE VILA NOVA DE SÃO PEDRO (AZAMBUJA, PORTUGAL)**
Ana Luísa Rodrigues, Rosa Marques, Maria I. Dias, Maria I. Prudêncio, Andrea Martins, Mariana Diniz, César Neves, José M. Arnaud

- 249 **A COLABORAÇÃO DO ANTIGO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COM AS ESCAVAÇÕES DE VILA NOVA DE S. PEDRO: ALGUMAS NOTAS HISTÓRICAS**
Ana Maria Silva
- 267 **CONHECIMENTO E MEMÓRIA: A SALA DO POVOADO FORTIFICADO DE VILA NOVA DE SÃO
PEDRO NO MUSEU DE AZAMBUJA**
Nuno Nobre
- 279 **LA PÉNINSULE IBÉRIQUE ET LE CHALCOLITHIQUE DE LA MÉDITERRANÉE OCCIDENTALE :
ANALOGIES ET CONTRASTES**
Jean Guilaine
- 287 **POSFÁCIO**

VILA NOVA DE SÃO PEDRO – MONUMENTO NACIONAL

José Morais Arnaud

Associação dos Arqueólogos Portugueses / jemarnaud@gmail.com

Mariana Diniz

UNIARQ – Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa / Associação dos Arqueólogos Portugueses /
m.diniz@fl.ul.pt

César Neves

Associação dos Arqueólogos Portugueses / UNIARQ – Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa /
c.augustoneves@gmail.com

Andrea Martins †

UNIARQ – Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa / FCT / Associação dos Arqueólogos Portugueses/
andrea.arte@gmail.com

Resumo: Vila Nova de São Pedro foi classificado como Monumento Nacional em 1971, mas a história deste processo tem origem duas décadas antes, em 1951, quinze anos após a primeira campanha de escavações arqueológicas no local.

Este texto, além de abordar o percurso historiográfico associado a esta classificação, aborda o início da actividade arqueológica em Vila Nova de São Pedro até à actualidade deixando, no final, uma proposta para a reavaliação da actual Zona Especial de Protecção do Monumento. Com isto, procura-se garantir, no futuro, uma continuada e decisiva salvaguarda do espaço físico e, acima de tudo, do seu potencial científico.

Palavras-chave: Vila Nova de São Pedro; Historiografia; Salvaguarda Patrimonial; VN3000.

Abstract: Vila Nova de São Pedro was classified as a National Monument in 1971, but the history of this process begins two decades earlier, in 1951, fifteen years after the first archaeological excavation campaign at the site.

This text, covers the historiographical background to this classification, from the beginning of archaeological activity in Vila Nova de São Pedro to the present day, leaving at the end a proposal for re-evaluating the Monument's current Special Protection Area. The aim of this proposal is to guarantee, in the future, the continued and decisive protection of the site (its physical space) and, above all, its scientific potential.

Keywords: Vila Nova de São Pedro; Historiography; Heritage Protection; VN3000.

1. VILA NOVA DE SÃO PEDRO: DA IDENTIFICAÇÃO À CLASSIFICAÇÃO

De acordo com a família dos actuais proprietários, o “descobridor” inicial do Castro de Vila Nova de São Pedro (VNSP), num local designado por “Castelo”, terá sido o Sr. António Ferreira, seu avô materno que, ao desbravar o terreno, particularmente pedregoso, que lhe fora atribuído pela família de sua mulher, encontrara alguns objectos que lhe pareceram estranhos e que um dia os terá levado a um Museu de Lisboa.

Embora inicialmente pensássemos que esse Museu teria sido o Museu Arqueológico do Carmo, julgamos hoje que terá sido o actual Museu Nacional de Arqueologia, então Museu Etnológico Português, pois Leite de Vasconcellos refere-se em 1929 à oferta de um instrumento de pedra polida e de um machado metálico, provenientes de Vila Nova de São Pedro, que lhe foram oferecidos pelo General Vitoriano José César, por intermédio de César Pires, membro titular da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) (Vasconcellos, 1929, p.204).

Porém, o reconhecimento da importância excepcional do sítio arqueológico deve-se sem dúvida a Hipólito Cabaço, de Alenquer, sócio correspondente da AAP, que aí procedeu às primeiras escavações arqueológicas no ano de 1936, tendo encontrado abundante espólio arqueológico.

Os resultados das sondagens realizadas em 1936 foram tão relevantes, em termos de quantidade e diversidade de artefactos recolhidos que, logo em 1937, a Junta Nacional da Educação autoriza a Associação dos Arqueólogos Portugueses a “explorar” esta estação arqueológica, atribuindo a direcção dos trabalhos ao Padre Eugénio Jalhay, assistido no local pelo Sr. Hipólito Cabaço.

As primeiras escavações sistemáticas foram assim entregues pela Junta Nacional da Educação à Associação dos Arqueólogos Portugueses, devendo os trabalhos ser dirigidos pelo sacerdote jesuíta Padre Eugénio Jalhay (1891-1950), já com larga experiência no domínio da Arqueologia pré-histórica, em Portugal, Espanha, França e Bélgica, “assistido no local pelo Sr. Hipólito Cabaço”.

Embora não referido nesse parecer, o então Capitão Afonso do Paço partilha logo nesse ano com o Padre Jalhay a responsabilidade pela condução dos trabalhos, numa colaboração anual que se prolongaria até 1950, ano da morte do sacerdote jesuíta.

Afonso do Paço (1895-1968), que havia combatido na 1ª Guerra Mundial e viria a celebrar-se pelas escavações que realizou não só em VNSP, mas também na Citânia de Sanfins e no campo militar de Aljubarrota, e em muitos outros sítios arqueológicos, deixando uma vasta bibliografia no domínio da Arqueologia, Etnografia e Literatura.

Ambos foram dirigentes da Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e foi nessa qualidade que dirigiram as escavações em VNSP¹.

As escavações decorreram, como era habitual naquela época, por talhões mais ou menos amplos, em função da dotação orçamental atribuída, numa primeira fase, pela própria Junta Nacional da Educação, e a partir de 1940 até 1967, pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

Conforme se vê pode verificar na **Figura 1**, as escavações desenrolaram-se a partir do talhão inicial escavado por H. Cabaço em 1936, em torno da parte mais proeminente do cerro do Castelo, o qual só seria “atacado” a partir de 1943.

Nessa época ainda não tinha sido adotada em Portugal uma metodologia de escavação e registo adequada a sítios desta natureza, o que só viria a acontecer nos anos 60, com a introdução da escavação dentro de sistema ortogonal, por camadas estratigráficas, com desenho pormenorizado de estruturas e registo tridimensional de achados, posta em prática pela primeira vez em Portugal por Eduardo da Cunha Serrão e Eduardo Prescott Vicente nos anos 50 nos povoados calcólicos de Olelas e Parede (Serrão e Vicente, 1959).

Assim, embora se tenha removido uma enorme quantidade e diversidade de artefactos e restos de fauna e se tenham posto a descoberto imponentes muralhas, não foi estabelecida uma relação cronológica entre as estruturas e os diferentes estratos de ocupação e os artefactos neles encontrados, perdendo-se assim para sempre importante informação contextual.

¹ Esta autorização institucional e não pessoal, dada a uma instituição privada, mas bastante prestigiada, terá sido a forma encontrada para evitar a intervenção do Director do Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcellos, o Prof. Manuel Heleno, que então tinha praticamente o monopólio da investigação arqueológica em Portugal.



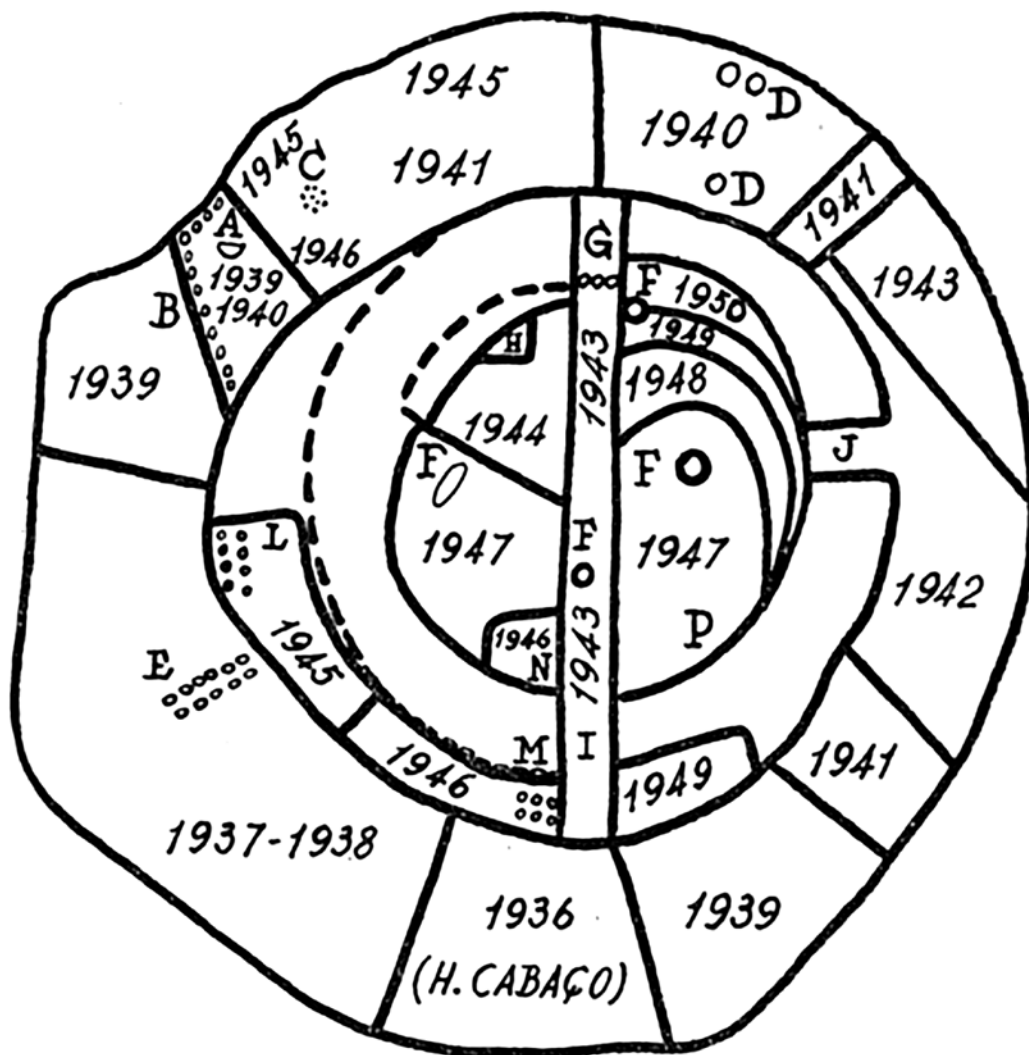


Figura 1 – Localização aproximada das áreas escavadas por Cabaço, Paço e Jalhay entre 1936 e 1950.

Nas campanhas de 1951 e 1952, depois da morte de Eugénio Jalhay, Afonso do Paço partilhou a direcção dos trabalhos com Maria de Lurdes Arthur (1924-2003), uma então jovem e promissora arqueóloga, discípula de Manuel Heleno, que acabaria por se especializar em Arqueologia Romana, em Madrid, não mais voltando à actividade arqueológica em Portugal, decerto por as perspectivas de carreira profissional no domínio da Arqueologia serem muito limitadas, como salienta Ana Martins (Martins, este volume).

A julgar pelos relatórios dessas campanhas, começa a haver uma maior preocupação de carácter metodológico, embora fosse demasiado tarde, pois nessa altura a parte principal deste importante sítio arqueológico já tinha sido escavada na sua quase totalidade.

Embora a cartografia das áreas escavadas tivesse sempre sido rudimentar, Jalhay e Paço procuraram a partir do final dos anos 40, quando já tinham posto a descoberto a totalidade da muralha interior, obter junto da DGEMN um levantamento topográfico das estruturas encontradas.

Importa, porém, referir que Eugénio Jalhay e sobretudo Afonso do Paço, procuraram, desde as primeiras campanhas, nem sempre com grande sucesso, a colaboração de uma série de instituições, sobretudo os principais laboratórios do Estado, para o estudo dos abundantes materiais que iam recolhendo, factos que a imprensa nacional não deixava de noticiar (Figura 2):

Ossos – analisados inicialmente em 1942 por Henri Breuil, que detectou a presença de 12 espécies de animais domésticos e selvagens, entre os quais o lobo, o urso, o porco-espinho, o texugo, e o lince, e mais tarde pelo Prof. Xavier da Cunha, da *Universidade de Coimbra*;

Sementes e carvões – estudadas regularmente pelo Eng.º A. R. Pinto da Silva, da *Estação Agronómica Nacional*, desde 1943, tendo identificado grandes quantidades de trigo, cevada, fava e bolota, e ainda algumas sementes de linho (Silva, 1988);

Metais – analisados por cientistas do *Laboratório de Engenharia Civil de Lisboa* em 1951. Mais tarde, foram realizadas análises espectrográficas no Laboratório de Stuttgart, num projecto que abrangeu vários países europeus (Junghans et.al. 1960).



Figura 2 – Recorte do Diário de Notícias de 7 de Agosto de 1951, relatando os resultados da 15ª campanha de escavações em VNSP (Arquivo da Arqueologia Portuguesa, Processo JN8/3 (10-A).

Enfim, em 1953, quando a datação pelo radiocarbono dava ainda os primeiros passos, foram enviadas amostras de carvões para a Universidade de Harvard, através da Embaixada Americana em Lisboa, as quais, porém, não chegaram a ser datadas, por falta de informação contextual.

Sobretudo a partir dos anos 50, além da colaboração esporádica de Mª de Lurdes Arthur, que se limitou a duas campanhas (Paço e Arthur 1952), Afonso do Paço aceitou a colaboração de diversos arqueólogos europeus que mostraram interesse em VNSP e deram contribuições importantes para o conhecimento deste sítio.

Assim, o Prof. Sangmeister, da Universidade de Friburg (Alemanha), manifestou bastante interesse em VNSP, tendo publicado na revista *Germania* um artigo de síntese com Afonso do Paço, em 1956, no qual é apresentada uma planta bastante exacta do recinto central de VNSP (Paço e Sangmeister 1956) (**Figura 3**).

Entre as colaborações de arqueólogos estrangeiros merece especial destaque a escavação do primeiro corte estratigráfico pormenorizado, realizada em 1959 pelo arqueólogo galês Hubert N. Savory, dando origem a uma publicação desse trabalho e de uma nova planta para o sítio (Savory, 1970) (**Figura 4**).

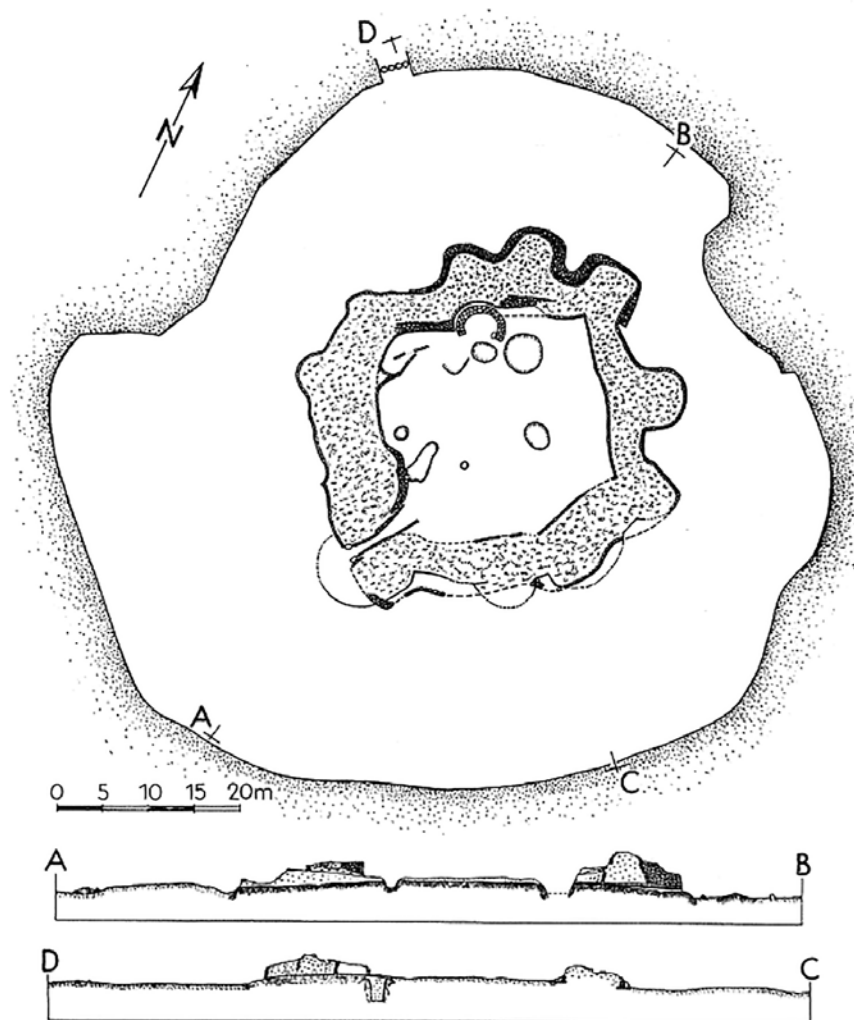


Abb. 3. Vila Nova de S. Pedro. Plan und Profile. M. 1:600.

Figura 3 – Planta e cortes transversais de VNSP, segundo Paço e Sangmeister (1956).

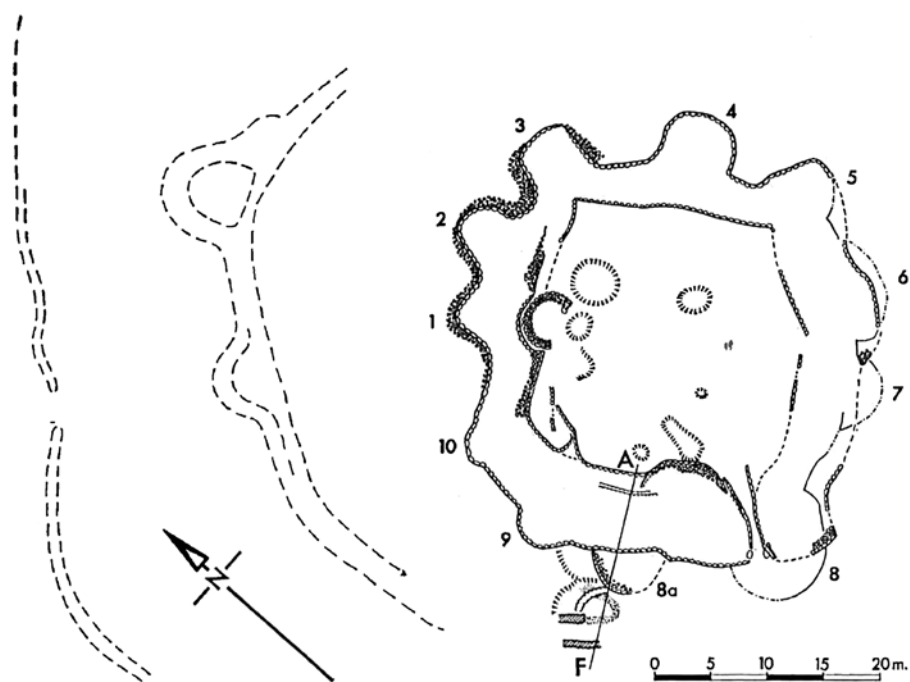


Figura 4 – Planta de VNSP, segundo Savory (1959).

2. O PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO DE VILA NOVA DE SÃO PEDRO

No que respeita ao objecto da presente comemoração, a primeira sugestão de que se devia ser estudada a “possível classificação” do “Castro” de VNSP data de 28 de Agosto de 1951, e consta de um ofício assinado pelo Director-Geral da Fazenda Pública, enviado ao Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes (Figura 5). Este, logo no dia 30 de Agosto, remeteu o assunto para a Junta Nacional da Educação que, porém, não parece ter-lhe dado qualquer seguimento. Com efeito, só passados 18 anos, a 14 de Junho de 1969, é que foi aberto o processo de classificação como Monumento Nacional, por iniciativa da então delegada da JNE no Cartaxo, Maria Odete d’Almeida Duarte, que para o efeito fez um requerimento, chamando a atenção para o facto de as muralhas de Vila Nova de São Pedro correrem o risco de se arruinarem, e propondo que este importante sítio arqueológico seja considerado “monumento de interesse público”, alegando o estado de abandono do sítio, após o falecimento do Tenente-Coronel Afonso do Paço, em 1968, e a consequente interrupção das escavações arqueológicas (Figura 6).

Após a abertura do processo, a JNE nomeou como relator Manuel Farinha dos Santos que, em parecer datado de 12 de Dezembro de 1969, propôs a classificação desta fortificação pré-histórica como monumento nacional, e que a continuação dos trabalhos que faltava executar, nomeadamente a “elaboração de uma planta destinada a determinar, oficialmente, o respectivo perímetro de protecção” sejam confiados à Associação dos Arqueólogos Portugueses; que “a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais promova, com a possível urgência a designação de um arqueólogo designado para o efeito, a consolidação das muralhas de Vila Nova de São Pedro e estabeleça uma cintura de protecção à volta da pequena área que a fortificação ocupa, afim de evitar danos provocados por pessoas e animais”; e ainda que “as entidades competentes devem estudar a maneira de tornar visitável o povoado de Vila Nova de São Pedro, de tanto interesse para o público em geral e tão procurado por estudiosos nacionais e estrangeiros, valorizando cultural e turisticamente este importante monumento pré-histórico” (Figura 7).

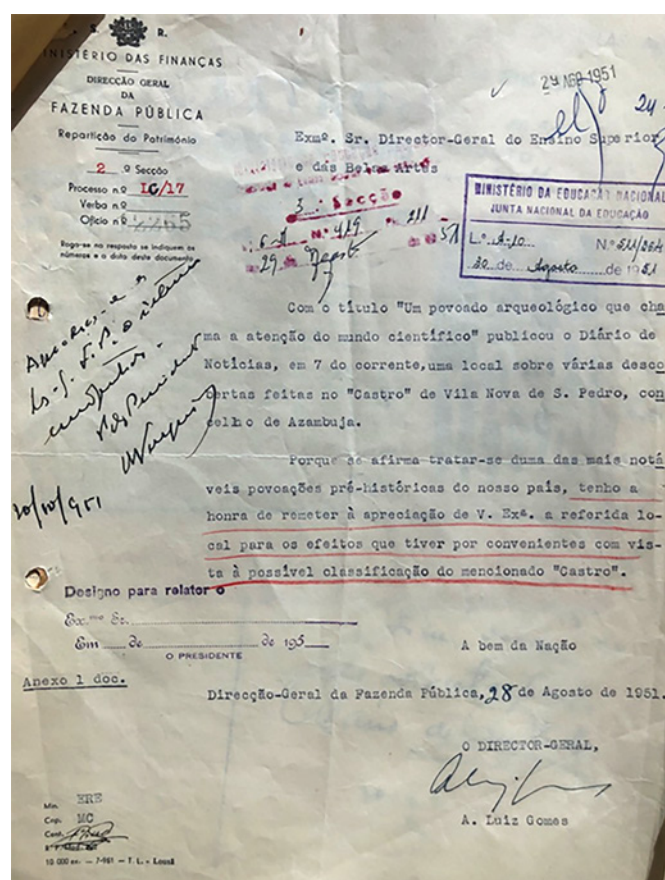


Figura 5 – Proposta de possível classificação de VNSP, enviada em 1951 pelo Director-Geral da Fazenda Pública ao Director-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, e que não teve qualquer seguimento. (Arquivo da Arqueologia Portuguesa, Processo JN8/3 (10-A).



Seguiram-se as formalidades legais de consulta aos proprietários do terreno, os herdeiros de António Ferreira, Felismina Teófilo Ferreira, Gil António Ferreira Furtado, Maria Adelaide Ferreira Furtado e Maria Lila Ferreira Furtado, nenhum dos quais se opôs à classificação (**Figura 8**).

Estavam, assim, cumpridos os requisitos legais para a classificação como “monumento nacional”, a qual foi consumada através da publicação do Decreto nº516/71 de 22 de Novembro, juntamente com diversos imóveis, entre os quais se destaca a Anta Grande do Zambujeiro (Évora) e os Menires da Abelhã e do Outeiro (Reguengos de Monsaraz), e ainda diversos imóveis espalhados por todo o país, a maior parte de carácter religioso, que só mereceram a classificação de “imóveis de interesse público”.

Os critérios de classificação de imóveis têm variado muito, ao longo de mais de um século, mas não deixa de ser significativo que Vila Nova de São Pedro tenha desde logo merecido a classificação de Monumento Nacional. Sabendo-se que os processos de classificação por vezes se prolongam por muitos anos, não deixa de ser de assinalar que, neste caso, embora o processo só se tenha iniciado com duas décadas de atraso, ao fim de mais de 30 campanhas de escavações, o mesmo decorreu com relativa celeridade: dois anos e cinco meses.

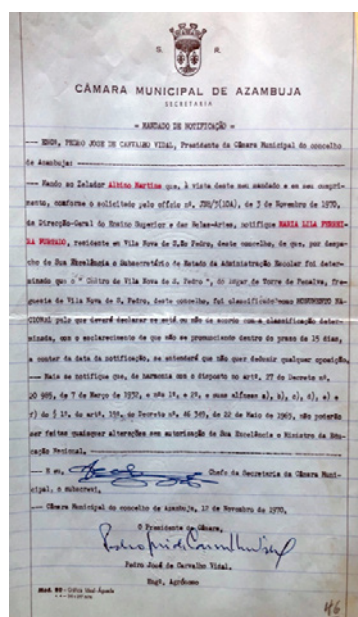


Figura 8 – Documento de notificação de um dos proprietários de VNSP, constante do Processo JN8/3 (10-A) do Arquivo da Arqueologia Portuguesa.

3. VNSP – MONUMENTO NACIONAL. UM TRAJECTO COM 50 ANOS. O FINAL DO SÉCULO XX E UM PROJECTO PARA O(S) 3º MILÉNIO(S)

Após a morte de Afonso do Paço, em 1968, e a classificação como monumento nacional, em 1971, a AAP tentou ainda dar continuidade aos trabalhos, tendo chegado a indicar para o efeito o então vice-presidente Octávio da Veiga Ferreira, mas decerto devido aos seus inúmeros afares, só em 1983, já desligado da AAP, dirigiu os trabalhos de limpeza, conservação e restauro da muralha interior, realizados com o apoio financeiro da C.M.Azambuja, Assembleia Distrital de Lisboa e do FAOJ (Oliveira e Ferreira, 1990). Esses trabalhos, porém, não tiveram continuidade, por o recém-criado Instituto Português do Património Cultural (IPPC) ter decidido entregar a direcção dos trabalhos ao arqueólogo Victor dos Santos Gonçalves, que aí realizou duas campanhas de escavações, em 1985 e 1986, com os seus alunos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Porém, estas campanhas nunca foram concluídas, com a justificação de o IPPC só ter disponibilizado “um terço das verbas previstas” (Gonçalves 1987, p.42). Estas escavações incidiram na zona a norte e noroeste do Castro, entre a muralha intermédia e a muralha exterior, nelas se tendo encontrado uma estrutura linear de orientação oblíqua em relação às referidas muralhas, sugerindo a existência de subdivisões do espaço entre muralhas, cuja função se desconhece.

Após mais de 30 campanhas de escavação, levadas a cabo ao longo de 86 anos, VNSP continua ainda a levantar muitas questões, quer no que respeita à conservação e restauro das estruturas encontradas, quer em relação à sequência de construção, ao modo de vida e práticas funerárias dos seus habitantes, e ao seu relacionamento com as comunidades envolventes, a nível local, regional e peninsular.

Dai a necessidade de, após mais de 30 anos de interrupção, se retomar o estudo deste importante sítio arqueológico, à luz das mais recentes metodologias de investigação arqueológica, com o objectivo de o recolocar no centro dos debates sobre a Pré-história recente do território português.

Vila Nova de São Pedro, de novo – no 3º milénio é um projecto com diversas valências e campos de acção, cujo principal objectivo é realizar uma valorização científica, patrimonial e social do povoado fortificado. Este projecto desenvolver-se-á em estreita ligação com o Museu Arqueológico do Carmo, local onde estão depositados a maioria dos materiais arqueológicos e onde existe uma sala de exposições exclusivamente dedicada a Vila Nova de São Pedro (VNSP). Os materiais, o sítio e as pessoas são os três pilares sobre os quais o trabalho será desenvolvido (Arnaud, Diniz, Neves e Martins, 2017).

Os trabalhos de campo terão como principal objectivo a valorização e conservação do espaço do povoado, desenvolvendo-se em duas vertentes: a pública e a científica. Em estreita colaboração e parceria com as entidades locais serão efectuados os trabalhos de limpeza do sítio, sinalização e conservação de estruturas, levando também a uma consciencialização da comunidade para a importância da protecção do sítio arqueológico. A vertente científica será desenvolvida através de prospecção intensiva em redor do povoado, prospecção geofísica e realização de eventuais sondagens de diagnóstico para confirmação de propostas interpretativas, bem como recolha de amostras para datações absolutas, e outros estudos que contribuam para um melhor conhecimento dos habitantes pré-históricos deste local e das suas relações com as comunidades suas contemporâneas.

A classificação como Monumento Nacional foi um importante passo para a conservação deste importante sítio arqueológico, protegendo-o legalmente de destruição, mas, claro está, não interrompe o processo natural de destruição por agentes naturais.

Em teoria, os proprietários de imóveis classificados são responsáveis pela sua conservação, mas na prática, pelo menos no caso de sítios arqueológicos, tal não acontece, sobretudo no caso de se situarem, como VNSP, em propriedade privada.

A classificação de um determinado imóvel como Monumento Nacional implica ainda a definição de uma área de protecção, a definir pelas entidades competentes, dentro da qual qualquer intervenção que implique alteração do uso do solo, só pode ser legalmente realizada mediante aprovação da entidade que tutela o Património Cultural em Portugal.

No caso concreto de VNSP o recinto central do sítio arqueológico está implantado em grande parte numa propriedade indivisa com cerca de sete hectares, pertencente aos Herdeiros de António Ferreira. Porém, apesar de mais de 30 campanhas de escavação realizadas desde 1936, ainda não foi possível determinar com rigor a sua extensão total. Com efeito, além do recinto central, constituído por uma muralha de configuração subcircular e cerca de 20m de diâmetro interno, com 3m de altura e 3 a 5m de largura, reforçada por 10 bastiões semi-circulares, foram ainda detectadas duas outras linhas de muralhas, a norte e noroeste, a cerca de 15m de distância, as quais provavelmente envolveriam todo o recinto central, pois ainda não foi possível determinar a sua extensão.

Nestas circunstâncias, torna-se prematuro definir com rigor a área de protecção adequada, pelo que, por defeito, existe de momento apenas uma zona de protecção de 50m em redor dos limites visíveis do sítio em questão, a qual é manifestamente insuficiente (**Figura 9**).

As bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural são estabelecidas pela Lei nº107/2001 de 8 de Setembro. De acordo com o Artigo 43 desta Lei:

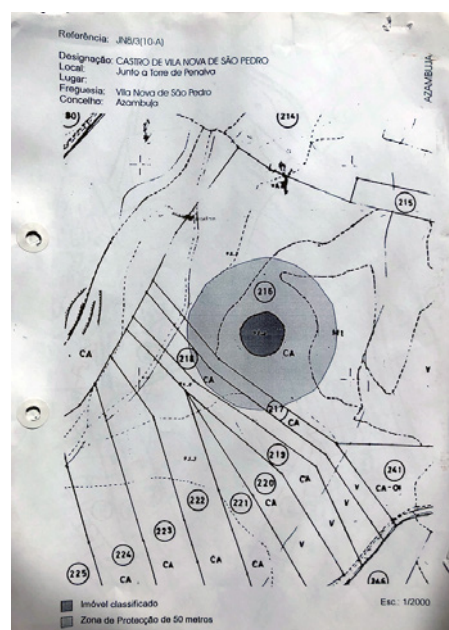
1. Os bens imóveis classificados nos termos do artigo 15º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, beneficiarão automaticamente de uma zona geral de protecção de 50 m, contados a partir dos seus limites externos, cujo regime é fixado por lei.
2. Os bens imóveis classificados nos termos do artigo 15º da presente lei, ou em vias de

classificação como tal, devem dispor ainda de uma zona especial de protecção, a fixar por portaria do órgão competente da administração central ou da Região Autónoma quando o bem aí se situar.

3. Nas zonas especiais de protecção podem incluir-se zonas *non aedificandi*.

A classificação de um bem imóvel, quer como Monumento Nacional, quer como Imóvel de Interesse Público, implica as seguintes restrições e ónus:

- a) Dever, da parte do detentor, de comunicar a alienação ou outra forma de transmissão da propriedade ou de outro direito real de gozo, para efeitos de actualização de registo;
- b) Sujeição a prévia autorização do desmembramento ou dispersão das partes integrantes do bem ou colecção;
- c) Sujeição a prévia autorização do serviço competente de quaisquer intervenções que visem alteração, conservação ou restauro, as quais só poderão ser efectuadas por técnicos especializados, nos termos da legislação de desenvolvimento;
- d) Existência de regras próprias sobre a transferência ou cedência de espécies de uma instituição para outra ou entre serviços públicos;
- e) Sujeição da exportação a prévia autorização ou licença;
- f) Identificação do bem através de sinalética própria, especialmente no caso dos imóveis;
- g) Obrigação de existência de um documento para registos e anotações na posse do respectivo detentor” (Art.º60).



Tratando-se de um sítio arqueológico de grande complexidade, no qual foram construídas e reconstruídas estruturas defensivas e habitacionais ao longo de mais de um milénio, não foi ainda possível determinar a totalidade das áreas abrangidas pelo mesmo. Assim, não foi ainda possível determinar sequer a zona de protecção por defeito de 50m em redor do perímetro exterior do sítio arqueológico.

Nestas circunstâncias, afigura-se urgente definir uma zona especial de protecção tão abrangente quanto possível, definida pelos limites da unidade topográfica em que o sítio se insere, a partir dos principais cursos de água que a delimitam topograficamente, bem como de alguns caminhos vicinais, a fim de não haver quaisquer dúvidas sobre a sua delimitação no terreno (Figura 10).

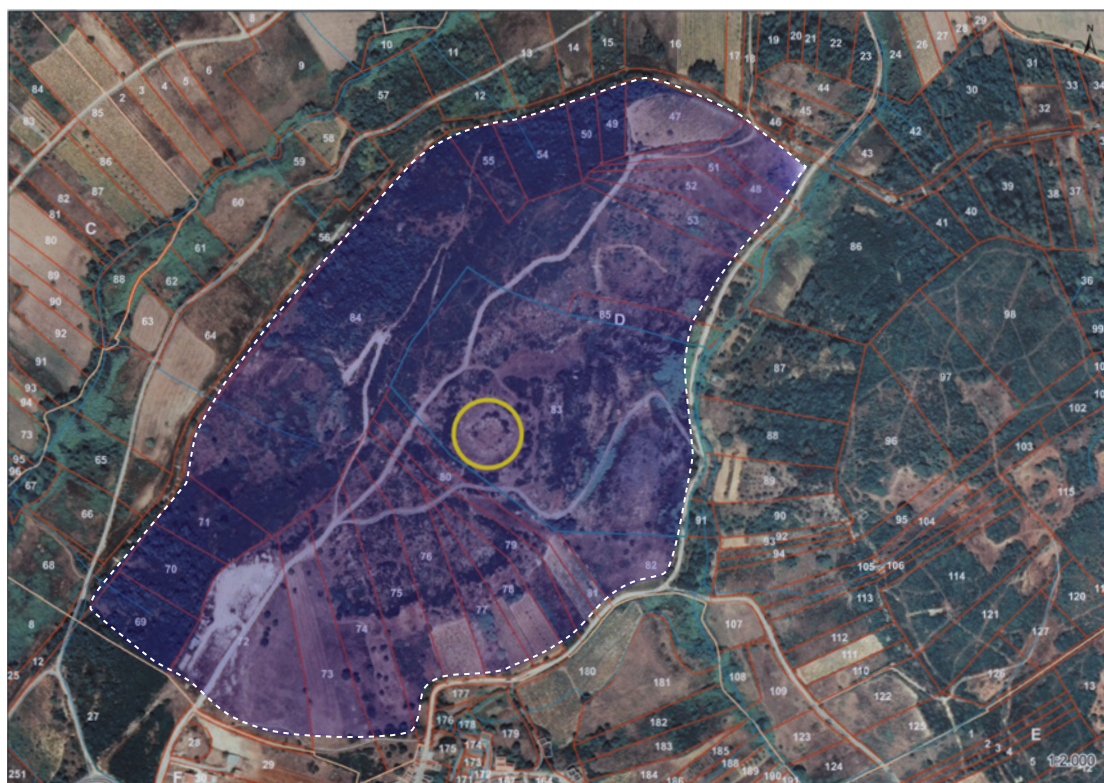


Figura 10 – Excerto da foto cadastral de VNSP com implantação da Zona de Protecção de 50m (círculo) e da Zona Especial de Proteção (ZEP) a propor às entidades competentes (tracejado).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNAUD, José Morais; DINIZ, Mariana; NEVES, César; MARTINS, Andrea (2017) – Vila Nova de São Pedro, de novo no 3º milénio – Um projecto para o futuro, *Arqueologia & História – Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 66-67, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 7-17.

GONÇALVES, Vítor Santos (1987) – Trabalhos de campo. Distrito de Lisboa – Azambuja: Castelo de Vila Nova de São Pedro: 1985/86. *Informação Arqueológica*, Ministério da Cultura. Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Arqueologia, nº8, pp. 41-43.

JALHAY, Eugénio; PAÇO, Afonso do (1942) – A povoação eneolítica de Vila Nova de S. Pedro. Notas sobre a 3a, 4a e 5a campanhas de escavações – 1939, 1940 e 1941. *Broteria*, Lisboa, 34: 6, p. 635-663.

JUNGHANS, Siegfried; SANGMEISTER, Edward; SCHRÖDER, Manfred (1960) – *Metallanalysen kupferzeitlicher und frühbronzezeitlicher Bodenfunde aus Europa*. Berlin. SAM. 1.

OLIVEIRA, Humberto Nuno; FERREIRA, Octávio da Veiga (1990) – Algumas obras de restauro e consolidação do castro de Vila Nova de S. Pedro. *Revista de Arqueologia – Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. 1, pp. 49-58.

PACO, Afonso do; ARTHUR, Maria Lourdes C. (1952) – Castro de Vila Nova de S. Pedro. I – 15ª campanha de escavações (1951). *Broteria*. 54(3). Lisboa. p. 325.

PAÇO, Afonso do; JALHAY, Eugénio (1939) – A Póvoa Eneolítica de Vila Nova de S. Pedro – Notas sobre a 1ª e 2ª Campanha de Escavações – 1937 e 1938. *Broteria*, vols. XXVIII e XXIX, pp. 2-46.

PAÇO, Afonso do; SANGMEISTER, Edward (1956) – Castro de Vila Nova de S. Pedro: VIII – Campanha de escavações 1955 (19ª). *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 7, pp. 93-114.

RIBEIRO, Maria (2013) – *O Povoado Calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda*. Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estudos do Património, Universidade Aberta, Lisboa (policopiado).

SAVORY, Hubert N. (1970) – A section through the innermost rampart of the Chalcolithic castro of Vila Nova de São Pedro, Santarém (1959). *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. I, Lisboa, pp. 133-148.

SERRÃO, Eduardo Cunha; VICENTE, Eduardo Prescott (1959) – Escavações em Sesimbra, Parede e Olelas. *Actas e Memórias, 1º Congresso Nacional de Arqueologia*, Lisboa, vol. I, pp. 317-335.

SILVA, António R. P. da (1988) – A paleoetnobotânica na arqueologia portuguesa. Resultados desde 1931 a 1987. In F. Queiroga, I. Sousa, C. Oliveira (Eds), *Paleoecologia e Arqueologia*, Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, pp. 13-29.

VASCONCELLOS, José Leite de (1929) – Antigualhas cartaxenses. *O Archeologo Português*, vol. XXVIII, pp. 204-205.



